

# CRIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO EM JAPERI: PROCESSOS, DESAFIOS E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO RURAL

**Priscilla Pierro (Mestranda em Educação - UFRRJ)**  
**Angélica Aguiar (Mestranda em Educação - UFRRJ)**

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma pauta fundamental para garantir o direito à educação de populações rurais, considerando suas especificidades culturais, sociais e econômicas. Em Japeri, a formulação da legislação específica para a Escola do Campo representa um avanço significativo na consolidação de políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino. Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de criação dessa legislação, identificando os desafios enfrentados, os principais atores envolvidos e os impactos gerados para a comunidade rural. O estudo é embasado nos princípios da Educação do Campo estabelecidos por Arroyo (2004) e Caldart (2012), bem como no arcabouço jurídico nacional que sustenta essa política educacional.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e entrevistas semiestruturadas. Foram analisadas legislações municipais, estaduais e federais relacionadas à Educação do Campo, além de registros de reuniões e audiências públicas que discutiram a implementação dessa legislação em Japeri. As discussões foram realizadas entre gestores públicos, educadores, representantes da comunidade escolar e membros do Conselho Municipal de Educação, buscando compreender suas percepções sobre o processo de formulação da lei e seus efeitos na prática educacional.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a criação da legislação da Escola do Campo em Japeri foi impulsionada por demandas da comunidade e pela atuação de movimentos sociais em defesa da educação rural. A participação ativa de professores e gestores foi essencial para a construção de um documento que atendesse às necessidades locais. Entre os desafios enfrentados, destacam-se a escassez de recursos financeiros, a formação de docentes especializados e a adequação curricular às realidades do campo. A implementação da legislação trará avanços na oferta educacional, com a criação de escolas adaptadas às necessidades das comunidades rurais e o fortalecimento do vínculo entre escola e território.

## 4. CONCLUSÃO

A formulação da legislação da Escola do Campo em Japeri representa um avanço importante para a garantia do direito à educação das populações rurais. O processo foi marcado pela mobilização social e pelo diálogo entre diferentes atores, resultando em uma legislação que reflete as necessidades da comunidade. No entanto, desafios persistem, especialmente no que se refere à infraestrutura, à capacitação docente e à continuidade das políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino. O estudo contribui para o debate sobre a Educação do Campo e pode servir de referência para outras localidades que busquem regulamentar e fortalecer essa política educacional.

## 5. REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Educação do campo: **identidade e políticas públicas**. Brasília: INCRA, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- JAPERI. **Lei Municipal em construção**, que institui a Escola do Campo no município de Japeri